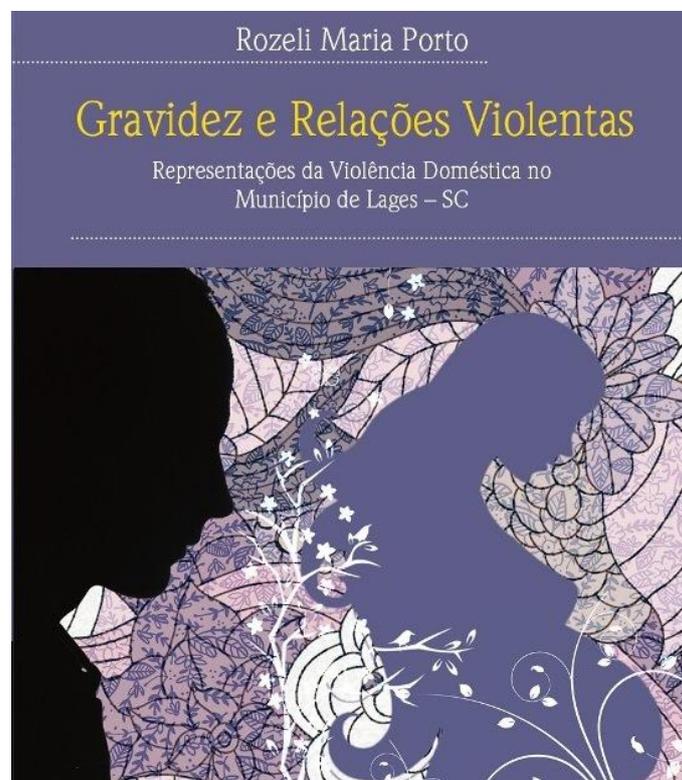


GRAVIDEZ E RELAÇÕES VIOLENTAS

PORTO, Rozeli Maria. 2014. Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages – SC. Natal-RN: EDUFRN. 188 p.

Cássia Helena Dantas Sousa

Estudante de Mestrado em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Reprodução da capa do livro resenhado

Ao falar sobre gravidez e relações violentas em uma cidade interiorana de Santa Catarina, Rozeli Porto oferece uma contribuição muito interessante aos estudos feministas em torno do tema da agressão às mulheres. Trazendo como mote da pesquisa a descoberta de que o momento da gravidez mostra índices acentuados de violência doméstica, a autora desenvolve uma discussão escrupulosa sobre este dilema que adquire tons dramáticos no decorrer do texto, ao passo em que mostra notável sensibilidade descritiva ao discorrer sobre um tema tão delicado.

Resultado da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina no início dos anos 2000, *Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages – SC*, a publicação traz dados postos de maneira concisa, buscando trabalhar situações de violência doméstica envolvendo mulheres gestantes numa pequena cidade do sul do Brasil. Ao focar as assimetrias de gênero existentes na representação de atrizes e atores sociais imbricados em relações violentas, a autora explicita o papel da conjugalidade e da “honra” masculina em torno de uma gestação, o que se mostra de fato como cerne da violência doméstica entre os casos pesquisados.

A publicação conta com 188 páginas e segue uma linha coesa que vai do suporte teórico adotado às problemáticas levantadas em torno de elementos presentes nos casos de violência relatados. As escolhas metodológicas da autora permitem ao leitor apreender as múltiplas nuances presentes na percepção dos sujeitos envolvidos nos conflitos: seja através dos boletins de ocorrência providencialmente elencados no decorrer do texto, das entrevistas com profissionais de saúde e com policiais, ou da fala das próprias mulheres envolvidas em relações violentas. Os elementos centrais abordados na discussão teórica acerca da violência doméstica aparecem de forma clara, em um recorte empírico muito significativo do que a pesquisa pretende explicitar.

O livro divide-se em quatro capítulos, os dois primeiros dispostos de maneira a situar o leitor no campo de estudos no qual o trabalho se insere, além da própria trajetória de pesquisa da autora, que faz uma breve discussão dos pressupostos teóricos que guiaram sua análise dos fatos descritos durante a

pesquisa. Nesse movimento de articulação teórica inicial, as mobilizações políticas dos movimentos feministas que têm pautado a questão da violência doméstica são assinaladas e articuladas com os estudos de gênero no campo acadêmico, de maneira a construir a sustentação da argumentação presente em todo o texto. Isto é, que a violência conjugal em período gestacional obedece a certos padrões perpassados por elementos presentes nas relações entre masculino e feminino tais como *medo*, *ciúme*, *modelos ideais de gênero* e *representações de maternidade*. Nesse ponto, antes de aprofundar a discussão sobre as agressões em ambiente doméstico, a autora recupera brevemente o processo de construção social do que hoje entendemos como “violências contra as mulheres”, fazendo nessa breve digressão apoiada em um levantamento bibliográfico dos estudos feministas até o ano de 2002.

Posteriormente, no terceiro capítulo a autora descreve ao leitor seus “caminhos” percorridos como pesquisadora, apresentando a maneira pela qual suas interlocutoras foram alcançadas em virtude da escolha de algumas instituições – delegacias e órgãos de proteção à mulher – a partir das quais fez observação participante e estabeleceu uma rede de contatos. A esta altura, intercalada a sua descrição do ambiente das delegacias, a autora faz algumas observações sobre a importância dessas instituições e sobre o seu lugar no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres. Porto mantém consonância com o que afirmam autoras como Bandeira e Suárez (2000), que pontuam que malgrado as Delegacias que tratam especificamente de violências contra as mulheres não tenham estrutura e apoio suficiente das instâncias da justiça criminal, houve com a sua implementação impactos significativos no imaginário social brasileiro sobre a questão.

Indo mais adiante, o capítulo quarto enfoca as *representações* dessas interlocutoras sobre os signos sociais imputados à gravidez e à própria maternidade. A partir das representações das personagens entrevistadas – ou seja, as profissionais das delegacias em Lages e as gestantes envolvidas em relações conjugais violentas com as quais a pesquisadora teve contato – é feita uma análise dos discursos desses dois grupos, na qual a autora oferece uma interpretação muito sensível dos significados inerentes à gravidez e à maternidade partindo das experiências relatadas por essas mulheres. Nesses

casos, a autora demonstra como a gravidez é vista de maneiras diferentes conforme o lugar social que o sujeito – ou nesse caso, as “sujeitas” – ocupa, e como essas concepções transitam entre signos opostos entre “*sagrado*”, “*profano*” e “*estar x desejar*” a gravidez.

Ainda no quarto capítulo, a autora faz também uma articulação discursiva sobre o planejamento da gravidez e percepções sobre o aborto presentes entre seus sujeitos de pesquisa, finalizando o capítulo com uma interessante discussão sobre vitimização em casos de agressão que acontecem entre mulheres. Sobre isso, relata como algumas falas de funcionárias das delegacias visitadas durante o seu trabalho de campo expuseram que em casos de violência de mulheres contra mulheres, a alegação da gravidez pode ser entendida pelos agentes envolvidos – nesse caso, as policiais – como uma estratégia para alcançar o papel de “vítima” na situação conflituosa.

Por fim, no quinto e último capítulo, Rozeli Porto analisa algumas configurações dos conflitos afetivo/conjugais envolvendo a gravidez, ao passo em que discute se há uma intensificação dessas situações conflituosas durante a gestação. Nesta última parte do livro, a autora discorre também sobre temas tabus como o estupro conjugal, a dúvida masculina em torno da paternidade e o envolvimento de outros membros da família nos conflitos domésticos, terminando com uma discussão sobre violências provocadas por fatores *intrageneracionais*.

De maneira geral, o livro fornece uma leitura eficaz da complicada rede de significados na qual os conflitos e as violências de gênero figuram no imaginário social de uma pequena cidade brasileira. Assim, ao lançar luz sobre esses conflitos e violências um local específico, a pesquisa nos coloca diante de questões recorrentes – infelizmente – em tantos outros contextos urbanos país afora, deixando-nos desta forma, uma extensa contribuição para o entendimento de um tema de extrema importância para as atuais discussões sobre igualdade de gênero em um país em desenvolvimento como o Brasil.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes e SÚAREZ, Mireya. 2000. “A crítica feminista e a administração dos conflitos interpessoais”. In: *Seminário Estudos de Gênero face aos dilemas da Sociedade Brasileira*, Itú/SP.

Cássia Helena Dantas Sousa

Estudante de Mestrado em Antropologia Social

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Bolsista CAPES

[Currículo Lattes](#)